

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO TRT DA 7ª REGIÃO 2015-2020

Revisão 2.2017

PEI TRT7 2015-2020	
Versão:	Revisão 1.2016
Conteúdo:	Adequação às revisões de 2015 e 2016 dos Planos do Poder Judiciário Nacional e da Justiça do Trabalho
Data:	17/11/2016
Versão:	Revisão 1.2017
Conteúdo:	Adequação à revisão de 2017 dos Planos do Poder Judiciário Nacional (Metas CNJ 2017) e da Justiça do Trabalho (Res. CSJT 178/2017)
Data:	22/3/2017
Versão:	Revisão 1.2017v.2
Conteúdo:	Inclusão dos resultados de 2016 do iGovPessoas e do iGovTI.
Data:	28/6/2017
Versão:	Revisão 2.2017
Conteúdo:	Adequação do plano à mudança de base do IEOD, pelo CSJT, em novembro de 2017, e retificação da base do ICONc, conforme glossários do CNJ e da JT
Data:	4/1/2018

IDENTIDADE INSTITUCIONAL DO TRT7

Missão:

Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Visão:

Ser reconhecido perante a sociedade como instrumento efetivo de justiça célere e comprometido com a garantia dos direitos decorrentes das relações de trabalho.

Valores:

Acessibilidade – Democratizar e facilitar o acesso à Justiça;

Celeridade – Prezar pela agilidade nos trâmites judiciais e administrativos;

Efetividade – Garantir o cumprimento das decisões judiciais;

Ética – Agir com honestidade, probidade, integridade e credibilidade em todas as suas ações e relações;

Inovação – Buscar soluções inovadoras para a melhoria da prestação jurisdicional;

Comprometimento – Atender com eficiência, eficácia e transparência as necessidades e expectativas dos clientes internos e externos;

Responsabilidade socioambiental – Atuar para garantia da cidadania e para a gestão ambiental;

Valorização das pessoas – Incentivar a melhoria contínua do relacionamento, bem-estar e satisfação pessoal.

MATRIZ DA ANÁLISE AMBIENTAL DO TRT7

Ambiente Interno	Ambiente Externo
<p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none">- Infraestrutura física e tecnológica;- Atendimento aos jurisdicionados- Celeridade em relação aos demais segmentos de Justiça- Processo Judicial eletrônico - PJe/JT e demais sistemas processuais- Comprometimento de magistrados e servidores- Cultura de conciliação- Sítio do TRT7- Formação e qualificação de magistrados e servidores- Qualidade das informações- Cultura da inovação	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none">- Novas tecnologias aplicáveis à Justiça do Trabalho- Melhoria contínua do sistema PJe/JT- Parcerias com outras instituições- Imagem favorável perante a sociedade- Reformas na legislação
<p>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none">- Inadequação e/ou insuficiência dos quadros de magistrados e servidores- Comunicação entre unidades e órgãos da Justiça do Trabalho- Racionalização dos processos de trabalho- Qualidade de vida de magistrados e servidores- Segurança- Espaço físico- Efetividade na execução trabalhista	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none">- Aumento da demanda processual- Contingenciamento de recursos orçamentários;- Cenário econômico desfavorável- Restrições à adequação dos quadros de magistrados e servidores

MAPA ESTRATÉGICO DO TRT7



PERSPECTIVAS DO TRT7

- **Recursos** – contempla os objetivos 1, 2 e 3 do TRT7.
- **Processos internos** – abrange os objetivos 4, 5, 6, 7 e 8 do TRT7.
- **Sociedade** – contempla o objetivo 9 do TRT7.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E METAS DO TRT7

Perspectiva: Recursos

Objetivo 1: Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida

Este desafio está relacionado a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas; à valorização das pessoas; à promoção da saúde ocupacional; à humanização das relações de trabalho; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO TRT DA 7ª REGIÃO 2015-2020

Revisão 2.2017

Indicador 1: iGov de Pessoas

O iGovPessoas é um levantamento elaborado pelo TCU, por meio de questionário, o qual visa avaliar a situação atual e a evolução da governança e da gestão de pessoas na Administração Pública Federal. O questionário está baseado nos três mecanismos da governança: Liderança, Estratégia e Controle, e vem sendo aplicado bianualmente.

Fórmula: percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGovPessoas.

Meta 1: Atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovPessoas:

2016	2018	2020
Inicial	Intermediário	Aprimorado

Avaliação iGovPessoas 2016

TRT7: capacidade 25,87%

Estágio: inicial.

Objetivo 2: Aperfeiçoar a gestão de custos

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio e investimentos ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça.

Indicador 2: Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)

Fórmula simplificada:

$$IEOD = \frac{(\text{Valor liquidado com projetos}) + (\text{Valor liquidado com atividades})}{(\text{Orçamento para projetos} + \text{Orçamento para atividades})} \times 100$$

Meta 2: Aumentar, até 2020, o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em relação à média de 2011, 2012 e 2013 em 10 pontos percentuais:

2017	2018	2019	2020
2pp	3pp	4pp	5pp
67,54%	68,54%	69,54%	70,54%

Média dos exercícios de 2011, 2012 e 2013 a ser considerada como referência para a meta

Unidade Orçamentária	Dotação Disponível	Empenhos Liquidados	% S/ Dot. Disp.
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	R\$22.472.690,65	R\$14.728.215,76	65,54%*

* Referência recalculada.

Objetivo 3: Aprimorar a infra-estrutura e a governança de TIC

Visa alcançar o uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, garantindo a confiabilidade, a integridade e a disponibilidade das informações, dos serviços e dos sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de

segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

Indicador 3: iGovTI

O iGovTI é um levantamento elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por meio de questionário, o qual visa avaliar a situação atual e a evolução da governança e da gestão de TI na Administração Pública Federal. O questionário está baseado nos três mecanismos da governança: Liderança, Estratégia e Controle, e vem sendo aplicado bianualmente.

Fórmula: percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação iGovTI.

Meta 3: Atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovTI:

2016	2018	2020
Intermediário	Intermediário	Aprimorado

Avaliação iGovTI 2016
Resultados do TRT7
Nota: 0,58
Estágio: Intermediário

Perspectiva: Processos Internos

Objetivo 4: Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

Indicador 4: Tempo médio de duração do processo no 2º Grau (TMDP2)

Fórmula simplificada:

$$\text{TMDP2} = \frac{\text{Somatório (Data da baixa – data da autuação/recebimento)}^i}{\text{Nº de Processos Baixados}}$$

ⁱ Dos processos baixados no 2º Grau, no ano.

Meta 4*: Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2016 (291 dias), em 10%, até 2020:

2017	2018	2019	2020
4%	6%	8%	10%
279 dias	273 dias	267 dias	261 dias

Indicador 5: Tempo médio de duração do processo no 1º Grau – Fase de conhecimento (TMDP1c)

Fórmula simplificada:

$$\text{TMDP1c} = \frac{\text{Somatório (data da prolação da sentença – data do ajuizamento da ação)}^{ii}}{\text{Nº de Processos com Sentenças Prolatadas}}$$

ⁱⁱ Dos processos que tiveram prolação de sentença, no 1º Grau, no ano.

Meta 5*: Reduzir o prazo médio de duração do processo no 1º Grau, na fase de conhecimento, em 5%, em relação ao ano base 2016 (132 dias), até 2020:

2017	2018	2019	2020
2%	3%	4%	5%
129 dias	128 dias	126 dias	125 dias

Indicador 6: Índice de Processos Julgados (IPJ)

Fórmula simplificada:

$$\text{IPJ} = \frac{\text{Nº de processos de conhecimento julgados}}{\text{Nº de processos de conhecimento distribuídos}} \times 100$$

Meta 6*: Julgar o equivalente a 90% da quantidade de processos de conhecimento distribuídos no ano corrente, com redução proporcional à redução do número de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos.

Indicador 7: Índice de Processos Antigos (IPA)

Fórmula simplificada:

$$\text{IPA} = \frac{\text{Processos Antigos Julgados}}{\text{Processos Antigos Distribuídos}} \times 100$$

Meta 7: Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, nos 1º e 2º Graus.

Indicador 8: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ)

Fórmula simplificada:

$$\text{IACJ} = \frac{\text{Nº de Ações Coletivas Julgadas}}{\text{Nº de Ações Coletivas Distribuídas}} \times 100$$

Meta 8*: Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º Grau e até 31/12/2015 no 2º Grau.

Objetivo 5: Estimular a conciliação e as soluções alternativas de negociação de conflitos

Além da conciliação intraprocessual, refere-se ao fomento do acordo e de meios extrajudiciais para resolução negociada de conflitos, com a participação efetiva do cidadão. Visa estimular a comunidade a dirimir suas contendas sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem.

Indicador 9: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc)

Fórmula simplificada:

$$\text{ICONc} = \frac{\text{Conciliações}}{\text{Solucionados}} \times 100$$

Meta 9*: Aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 6pp, até 2020, excluindo-se da base de cálculo os processos com desistência, arquivamento e declaração de incompetência (média de 55,08% - recalculada).

2017	2018	2019	2020
2pp	3pp	4pp	5pp
54,23%	55,23%	56,23%	57,23%

Obs.: se o índice atingir valor igual ou superior a 54%, a meta será considerada cumprida.

Objetivo 6: Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes

Refere-se à redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, advindos dos entes públicos, do sistema financeiro, das operadoras de telefonia, entre outros, por meio da gestão da informação e do uso de sistemas eletrônicos. Visa reverter a cultura da excessiva judicialização, com a proposição de inovações legislativas, a criação e a aplicação de mecanismos para penalizar a litigância protelatória, bem como o monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes.

Indicador 10: Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes (IRA)

Fórmula simplificada:

$$\text{IRA} = \frac{(\text{Processos pendentes de julgamento no ano anterior} \times 0,98)}{\text{Pendentes de julgamento no ano anterior} + (\text{Distribuídos} - \text{Julgados})} \times 100$$

Meta 10: Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior, até 2020.

Objetivo 7: Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais

Implantação de ações visando à efetividade das ações judiciais, propiciando a recuperação de bens e valores aos cofres públicos (execuções fiscais) e a solução definitiva dos litígios trabalhistas. Para tanto, podem ser adotados mecanismos como a utilização tempestiva dos sistemas de bloqueio de ativos do devedor (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD); a realização de leilões judiciais; a celebração de parcerias com as Procuradorias de Fazenda, juntas comerciais, cartórios de registro de imóveis; a utilização do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT; entre outras ações.

Indicador 11: Índice de Execução (IE)

Fórmula simplificada:

$$IE = \frac{\text{Nº de Execuções Baixadas}}{\text{Nº de Execuções Iniciadas}} \times 100$$

Meta 11*: Baixar pelo menos 90% da quantidade de execuções iniciadas no período, com redução proporcional, à redução do número de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos.

Objetivo 8. Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública e à preservação da probidade administrativa, bem como a adoção de medidas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Judiciário do Trabalho. Visa ainda, por meio de formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades regionais, à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira e à implantação das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.

Indicador 12: iGov

O iGov é um levantamento elaborado pelo TCU, por meio de questionário, o qual visa avaliar a situação atual e a evolução da governança e da gestão na Administração Pública Federal. O questionário está baseado nos três mecanismos da governança: Liderança, Estratégia e Controle, e vem sendo aplicado bianualmente.

Fórmula: Percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGov.

Meta 12: Aumentar, em relação à última apuração, a pontuação alcançada em 15 pontos percentuais até 2020.

2016	2018	2020
3pp	9pp	15pp
32%	38%	44%

Avaliação iGov 2014
Resultados do TRT7
Nota: 0,29
Estágio: inicial

Perspectiva: Sociedade

Objetivo 9. Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania

Trata-se de indicador sintético de resultado, que permitirá ao Judiciário Trabalhista aferir a sua efetividade a partir dos dados relativos ao alcance das metas pertinentes aos demais objetivos estratégicos da Justiça do Trabalho.

Indicador 13: Índice de Alcance de Metas (IAM)

Fórmula:

$$\text{IAM} = (\Sigma\text{MP1}) + (\Sigma\text{MP2}*2) + (\Sigma\text{MP3}*3)$$

Onde:

MP1: metas com peso 1 atribuído, as quais receberão pontuação 1, 2 ou 3, se alcançarem, respectivamente, valores de 80% a 89,99%, de 90% a 99,99% e valores iguais ou maiores que 100% da meta fixada para o período considerado, tendo seus valores multiplicados por 1.

MP2: metas com peso 2 atribuído, as quais receberão pontuação 1, 2 ou 3, se alcançarem, respectivamente, valores de 80% a 89,99%, de 90% a 99,99% e valores iguais ou maiores que 100% da meta fixada para o período considerado, tendo seus valores multiplicados por 2.

MP3: metas com peso 3 atribuído, as quais receberão pontuação 1, 2 ou 3, se alcançarem, respectivamente, valores de 80% a 89,99%, de 90% a 99,99% e valores iguais ou maiores que 100% da meta fixada para o período considerado, tendo seus valores multiplicados por 3.

Observação: valores inferiores a 80% da meta fixada não receberão pontuação.

Meta 13: Atingir e manter a pontuação entre 62 a 78 até 2020.

Metas com peso 1 atribuído	Metas com peso 2 atribuído	Metas com peso 3 atribuído
Meta 1 (iGovPessoas)	Meta 7 (IPA)	Meta 4 (TMDP2)
Meta 2 (IEOD)	Meta 8 (IACJ – 1º Grau)	Meta 5 (TMDP1)
Meta 3 (iGovTI)	Meta 8 (IACJ – 2º Grau)	Meta 6 (IPJ)
Meta 12 (iGov)	Meta 9 (ICONc)	Meta 11 (IE)
	Meta 10 (IRA)	

Glossário

O glossário de indicadores desenvolvido pela Coordenadoria de Gestão Estratégica do Conselho Superior da Justiça do Trabalho definirá as variáveis e as regras de cálculo a serem observadas para o cálculo das metas.

* As metas identificadas com um “*” foram alteradas em relação à sequência original do Plano Estratégico do Poder Judiciário Nacional, no X Encontro Nacional do Poder Judiciário Nacional, tendo como resultado seu abrandamento, considerando as dificuldades vivenciadas pelo Judiciário Trabalhista.